

PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO BRASILEIRO E PREPARO PARA O DEBATE DEMOCRÁTICO

Amanda Lemos

Diante da crise na saúde e na política que se alastrou nos últimos meses pelo Brasil, uma dificuldade antiga do nosso povo tem se tornado evidente: a dificuldade em debater.

A dificuldade para estabelecer debates que fujam do “achismo” encontrou dois fortes aliados nas Fake News e no negacionismo da Ciência. Nesse momento de crise pelo qual passamos, o Brasil carece de discussões embasadas na racionalidade e em estudos científicos. Contudo, nas discussões atuais sobre doenças infecciosas e possíveis tratamentos, esse embasamento não acontece, a desinformação é disseminada inclusive por autoridades.

Um fator importante que contribui para que a desinformação se alastre é a passividade da população, que aceita de forma acrítica as notícias que chegam. O preparo para a argumentação em um debate e para a busca de informações confiáveis, indo além das informações prontas do senso comum, é um aprendizado constante, é uma prática que deve se iniciar e ser estimulada desde a escola.

A discussão de ideias que estão presente nos debates, o dissenso e o conflito são três elementos que fazem parte da democracia. Se o povo não é participativo e não busca se instruir sobre os assuntos comuns da população, reflexo da passividade citada anteriormente, a nação fica à mercê de um pequeno grupo de pessoas, contrariando os ideais da organização democrática.

Diante desse cenário, pergunta-se: o contexto escolar brasileiro tem sido propulsor do desenvolvimento dessas habilidades (reflexão crítica e argumentação para debates) tão importantes para a cidadania? Que tipo de cidadão estamos formando quanto à participação no debate democrático?

A educação no Brasil, como prática social e como instituição, segue um perfil conteudista, visando o bom desempenho em provas específicas a partir da construção de uma base sólida de conhecimentos, possibilitado por um currículo padronizado, seriado, baseado em pré-requisitos e linearmente organizado (TUNES, 2007). Habilidades e competências, como as de argumentação e discurso, e conhecimentos sobre o funcionamento da nossa sociedade, possibilitados por meio de uma educação política, não são prioridade, e isso não é por acaso.

Na prática, a finalidade da educação é suprir os interesses de determinados grupos sociais, em sua maioria pertencentes à elite econômica, em detrimento do bem geral. Um exemplo disso é que grande parte dos recursos do Ministério da Educação é aplicado no ensino

superior, o que contraria a Constituição Federal, que dá prioridade ao combate ao analfabetismo e ao ensino fundamental. Tal ação supre o interesse da pequena parcela da população que chega ao ensino superior, em detrimento do bem comum que seria o ensino básico de maior qualidade, propiciado pela aplicação dos recursos financeiros do Estado nessa área. A educação voltada para o bem de poucos não é uma realidade exclusiva da contemporaneidade e muito menos da realidade brasileira, visto que, desde a difusão do Cristianismo Primitivo e da noção do conhecimento salvador, se instaurou uma educação que isola o saber da sociedade, privilegiando uma minoria (BRANDÃO, 2017).

A prática social da educação cuja origem e destino são a própria sociedade e cultura é real em sociedades menos complexas que a nossa. Essa prática foi estudada pelo sociólogo francês Emile Durkheim, que buscou compreender a educação que age sobre indivíduos ancorados em seu contexto social (BRANDÃO, 2017). Essa visão de indivíduo proposta por Durkheim (BRANDÃO, 2017), se aplicada ao contexto atual, considerando o processo de escolarização brasileiro, propiciaria uma forma diferente de atuação educacional. Se assim fosse, as crianças seriam menos forçadas à padronização, não só de conhecimentos, mas também de modos de ser e de agir, visto que seria levado em conta o seu contexto social de origem. O debate não existe se não há discordância, e não há discordância se durante toda a sua vida o indivíduo é punido quando se comporta de modo diferente do normal. Os mecanismos excludentes aplicados àqueles que não seguem o padrão são legitimados pela busca por sucesso, tornando os indivíduos cada vez mais uniformes e incapazes de debater (TUNES, 2007).

Além da questão da educação que uniformiza e bane as diferenças, o processo de escolarização está submetido a uma lógica que fortalece a tutela e a subserviência do indivíduo. Nas práticas escolares os alunos são pouco estimulados a construir as próprias ideias, consequentemente tornam-se pessoas pouco críticas. Essa passividade é prejudicial para a vida em sociedade, principalmente para o sistema democrático em que vivemos, visto que contribui para o surgimento de figuras de poder autoritárias, o que se contrapõe aos princípios do sistema político no qual estamos inseridos, em que o debate é necessário.

Para estabelecer debates que fujam do “achismo”, os participantes deveriam buscar o aprofundamento dos assuntos, analisar os problemas a partir de dados técnicos. Isso só é possível se houver um posicionamento ativo em busca da informação, já que a informação compartilhada de modo massivo raramente possui profundidade.

Em suas análises sobre a relação entre educação e a realidade vivida, Paulo Freire (1987) tece críticas ao modelo que propaga o conformismo social, propondo a busca por uma educação que seja instrumento de modificação social. A educação deve ser uma ação constante em busca

da desalienação e da igualdade social, construída em conjunto pelos indivíduos da sociedade por meio da restauração de relações humanizadas (FREIRE, 1987).

“Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão” (FREIRE, 1987, p.29). Ressalta-se aqui a importância do trabalho em conjunto, em sociedade, para que mudanças aconteçam e para a luta em busca da liberdade. A liberdade é pilar essencial para a estruturação do Estado Democrático de Direito, que pressupõe três outros elementos ditos anteriormente: o debate, o dissenso e o conflito de ideias.

Por fim, pelos indicadores da nossa sociedade atual, conclui-se que o debate e o posicionamento ativo na construção do pensamento crítico não são estimulados na formação escolar dos brasileiros, e que essa situação influencia de maneira negativa a construção do Estado Democrático. A escola pode e deve se reposicionar quanto a isso, pois indivíduos bem articulados conseguem defender seus direitos e interesses, pois não se deixam levar pelo conformismo social.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R.. **O que é educação**. Brasiliense, 2017.

FREIRE, P.. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TUNES, E.. **O silêncio ou a Profanação do Outro**. Revista virtual de Gestão de Iniciativas Sociais, nº 8, 16-24, fev, 2007.